

**ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A) DA FUNDAÇÃO DE APOIO À
ESCOLA TÉCNICA – FAETEC DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Ref.: Pregão Eletrônico Nº 003/2021

ESPECIALY TERCEIRIZAÇÃO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, com sede na rua Flamengo, 38 –Chácara Califórnia – São Paulo - SP, inscrita no CNPJ/MF: sob n.º 20.522.050/0001-46, vem mui respeitosamente à presença de V. Sas., apresentar suas

RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO

fazendo-o com fundamento legal no artigo 4º, inciso XVIII, da Lei do Pregão nº 10.520/2002, em face da sua ilegal desclassificação dos lotes 01, 02, 03, 05 e 12 do certame em tela, preconizado nas razões adiante expostas, requerendo seu recebimento e regular processamento e deferimento.

Rua Flamengo, 38 – Chácara Califórnia -
São Paulo – SP - CEP 03404-140
Telefone/Fax: (11) 2091-6101


Bianca Rodrigues
RG: 53.654.513-3
CPF: 512.180.568-35
Especialy Terceirização Eireli

1. DO CABIMENTO E DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso encontra-se embasado no inciso XVIII, do art. 4º da Lei Federal 10.520/02:

Art. 4º [...]

[...]

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

Visando igualmente atender aos requisitos do instrumento convocatório, que estabelece, em seu item 13.1, o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação razões, restando assim hialina a tempestividade da presente, motivo pelo qual deve ser **RECEBIDA** e devidamente **PROCESSADA**, e como se verá a seguir, **INTEGRALMENTE PROVIDA**.

2. DOS FATOS

Esse entidade estadual iniciou procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, do tipo menor preço por lote e regime de execução por preço unitário, tendo como seu objeto *"a contratação de empresa especializada em gerenciamento de serviços terceirizados de mão de obra, devidamente regularizada, para prestar junto as Unidades Escolares da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – FAETEC, nas funções de APOIO ADMINISTRATIVO,*

divididos em LOTES abaixo especificados, sendo estes serviços de natureza contínua e nos moldes preconizados na Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT”.

A sessão pública iniciou-se nos termos definidos pelo Instrumento Convocatório, sendo que, durante a etapa de lances, essa Recorrente foi ilegalmente desclassificada dos lotes 01, 02, 03, 05 e 12 do referido certame.

Analizando o *chat* da disputa, denota-se sem qualquer dificuldade que a desclassificação da Recorrente no lote n.º 01, não preencheu os requisitos mínimos aceitável para exarar tal **ATO ADMINISTRATIVO FORMAL**, sendo, portanto, fragrantemente **NULO**, e nos demais lotes a desclassificação da Recorrente se deu, basicamente, por não ter apresentado Convenção Coletiva de Trabalho ainda não registrada e vigente perante terceiros na data de realização de pregão em tela (!?!?!?).

Ora, os atos administrativos possuem requisitos/elementos que norteiam a sua edição, sendo imprescindíveis para a sua formação, de modo que na ausência de algum deles estará comprometida a sua validade e os seus efeitos. E no certame em tela, resta patente a nulidade do ato administrativo consistente na declaração de desclassificação dessa Recorrente, como se verá melhor adiante.

São esses os fatos necessários sobre o referido certame, sendo **IMPRESINDÍVEL A REFORMA DE TAIS DECISÕES QUE DESCLASSIFICARAM A RECORRENTE DOS LOTES MENCIONADOS, COMO SE DEMONSTRARÁ A SEGUIR.**

3. DO DIREITO: DOS MOTIVOS PARA A REFORMA DAS DECISÕES QUE DESCLASSIFICARAM A RECORRENTE

Blanca Rodrigues
RG: 58.654.513-3
CPF: 512.180.568-35
Especialy Terceirização Eireli

ESPECIALY

TERCEIRIZAÇÃO

Da análise das decisões que culminaram na desclassificação dessa Recorrente dos lotes 01, 02, 03, 05 e 12 constatam-se ilegalidades que devem conduzir a reforma de tais decisões. Vejamos as decisões por lotes agrupados de acordo com os respectivos “fundamentos” que levaram às desclassificações respectivas.

Quanto ao lote 01, a desclassificação dessa Recorrente se deu pela seguinte “justificativa” da Autoridade julgadora:

“16/04/2021 10:38:52 - Sistema: Proponente ESPECIALY TERCEIRIZAÇÃO LTDA. Inabilitado para o(s) Item(ns) 1. Justificativa: Proposta manifestadamente inexecuível, conforme análise realizada pela equipe técnica.”

Ou seja, considerando a “justificativa” acima, vê-se que a Recorrente foi desclassificada por ter apresentado proposta “manifestadamente inexecuível”, porém, sem se explicitar o que levou a essa inexecuibilidade, não possibilitando o saneamento e nem o conhecimento das razões/motivos para que possa ser efetivado o contraditório de forma plena.

Desse forma, percebe-se que a decisão de desclassificação dessa Recorrente do Lote 01 carece de motivo, assim, sendo patentemente nula, o que deve conduzir a sua reforma, pois, não foram apresentados os motivos de fato e de direito que teriam tornado a proposta inexecuível, segundo a equipe técnica.

Desta feita, percebe-se que a Recorrente ainda não tem a ciência do **PORQUÊ** de sua desclassificação, restando apenas **SUPOSIÇÕES de quais elementos de sua proposta foram consideradas inexecuíveis.**

Neste sentido, tem-se como regente da atuação administrativa a necessária **MOTIVAÇÃO**, isto é, o ato somente será lícito e legítimo, na medida em que **haja a adequada correspondência entre os fatos e o ato em si, considerada a finalidade**

precípua da norma aplicada e a sua capacidade de satisfazer o interesse público primário.

Nas palavras de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, o princípio da motivação existe para que a Administração indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões, para que assim permita o controle da legalidade sobre seus atos:

“O princípio da motivação exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões. Ele está consagrado pela doutrina e pela jurisprudência (...). A sua obrigatoriedade se justifica em qualquer tipo de ato, porque se trata de formalidade necessária para permitir o controle da legalidade dos atos administrativos.(...)”

(Di Pietro, Maria Sylvia Zanella, “Direito Administrativo”, 23ª edição, Ed. Atlas, São Paulo: 2010, p. 81/82)

Todavia, no caso em tela, pelo fato de essa Administração Licitante não ter motivado devidamente sua decisão de desclassificação da Recorrente, **está por descumprir um princípio consagrado pelo Direito Administrativo bem como impede que se faça o controle de legalidade de seu ato, o que não pode ser tolerado!!!**

Devemos ainda, trazer a colação, o entendimento do saudoso Diógenes Gaparini:

“(...) a motivação é necessária para todo e qualquer ato administrativo, pois a falta de motivação ou indicação de motivos falsos ou incoerentes torna o ato nulo devido a Lei n.º 9.784/99, em seu art. 50, prevê a necessidade de motivação dos atos administrativos sem fazer distinção entre atos vinculados e os discricionários, embora mencione nos vários incisos desse dispositivo quando a motivação é exigida.”

(Gasparini, Diogenes. Direito Administrativo – 10. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2005. p. 23) (grifos nossos)

Blanca Rodrigues
RG: 53.654.513-3
CPF: 512.180.568-35
Especialy Terceirização Eireli

A LÓGICA DO PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO É NOTÁVEL, POIS SOMENTE CONHECENDO A MOTIVAÇÃO DOS ATOS PÚBLICOS É QUE OS PARTICULARES PODERÃO SE DEFENDER DOS MESMOS!!!

Ainda, faz-se necessário mencionar que a nossa Constituição Federal traz como obrigatoriedade a motivação dos atos administrativos, se baseando ainda no princípio da moralidade, para que desta forma se possa auferir a atuação ética do Administrador que deverá indicar os motivos de sua atuação.

Neste diapasão, trazemos também o valioso ensinamento de Celso Antônio Bandeira de Mello:

“que o Princípio da Motivação impõe a administração Pública o dever de expor as razões de direito e de fato pelas quais tomou a providência adotada.”

(Mello, Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo – 15. ed. – São Paulo: Malheiros, 2002. p. 70)

Assim sendo, se verifica que **TODAS AS DECISÕES DA ADMINISTRAÇÃO DEVEM SER DEVIDAMENTE MOTIVADAS**, isto porque, a ausência de motivo ou a indicação de motivos incompatíveis com a realidade são vícios insanáveis do ato administrativo, que o tornam nulo de pleno direito, como é o caso ora em tela.

É notoriamente sabido que os atos administrativos para serem válidos dependem da existência de certos pressupostos, dentre os quais o motivo do ato, aplicando-se a teoria dos motivos determinantes.

A motivação do ato administrativo integra sua validade, nos termos da teoria dos motivos determinantes.

Blanca Rodrigues
RG: 53.654.513-3
CPF: 512.180.568-35
Especialy Terceirização Elrell

Assim, Celso Antônio Bandeira de Mello, com a proficiência que lhe é peculiar, sobre o assunto elucida:

“De acordo com esta teoria, os motivos que determinaram a vontade do agente, isto é, os fatos que serviram de suporte à sua decisão, integram a validade do ato. Sendo assim, a invocação de ‘motivos de fato’ falsos, inexistentes ou incorretamente qualificados vicia o ato mesmo quando, conforme já se disse, a lei não haja estabelecido, antecipadamente, os motivos que ensejariam a prática do ato. Uma vez enunciados pelo agente os motivos que se calçou, ainda quando a lei não haja expressamente imposto a obrigatoriedade de enunciá-los, o ato se será válido se estes realmente ocorreram e o justificavam.”
(Curso de Direito Administrativo, p. 281)

Desta feita, a motivação do ato administrativo deve estar pautada em premissas **REAIS e LEGAIS**, posto que a mesma integra a validade do ato, o que não ocorre, porém, no presente caso por não ter sido exposto o motivo da “manifesta inexequibilidade”.

Motivo, como dito alhures, é a circunstância de fato ou de direito que autoriza ou impõe ao agente público a prática do ato administrativo. Consubstancia situações do mundo real que devem ser levadas em consideração para o agir da Administração Pública competente.

Como pressuposto do ato administrativo que é, a ausência de motivo ou a indicação de motivo incompatível com a realidade, torna o ATO NULO DE PLENO DIREITO, não sendo, portanto, apto a produzir qualquer efeito.

Quanto à nulidade/invalidade dos atos administrativos podemos conceituar em apertada síntese como sendo os atos praticados pela Administração Pública em desconformidade com o ordenamento jurídico pátrio e com o próprio Direito.


Bianca Rodrigues
RG: 55.654.513-3
CPF: 512.180.568-35
Especialy Terceirização Elreli

Dessa forma, ao anular um ato, que esta em desacordo com as normas deve-se também obedecer aos ditames legais que permeiam o assunto.

Neste sentido também ensina Celso Antônio Bandeira de Mello:

“não se anula ato algum de costas para o cidadão, à revelia dele, simplesmente declarando que fora administrativamente decidido (ou concertado pelas partes) passa a ser de outro modo, sem ouvida do que o interessado tenha a alegar na defesa de seu direito. A desobediência a este princípio elementar lança de imediato suspeita sobre a boa-fé com que a Administração tenha agido, inclusive porque nela se traduz um completo descaso tanto pelo fundamental princípio da presunção de legitimidade dos atos administrativos quanto por aquele que é, talvez, o mais importante dentre todos os cânones que presidem o Estado de Direito – a saber: o princípio da segurança jurídica.” grifo nosso (op. cit. P. 443)

Mais grave ainda é que a jurisprudência do E. Tribunal de Contas e do Poder Judiciário **VEDA A DESCLASSIFICAÇÃO SUMÁRIA DE LICITANTE PELA ‘PRESUNÇÃO’ DE PREÇO EXEQUÍVEL, SENDO QUE TAL TEMÁTICA ENCONTRA-SE INCLUSIVE SUMULADA PELO TCU:**

SÚMULA 262 - TCU

O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexecutabilidade de preços, **DEVENDO A ADMINISTRAÇÃO DAR À LICITANTE A OPORTUNIDADE DE DEMONSTRAR A EXEQUIBILIDADE DA SUA PROPOSTA.**

Ou seja, além de não haver elementos técnicos da **SUPosição DA INEXEQUIBILIDADE NÃO FOI OPORTUNIZADO À RECORRENTE A DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE DA MESMA, TENDO EM VISTA SUA AMPLA EXPERTISE EM REALIZAR/OPERACIONALIZAR OS SERVIÇOS ORA LICITADOS!!!!**

Blanca Rodrigues
RG: 53.659.513-3
CPF: 512.180.568-35
Especialy Terceirização Eireli

Resta, portanto, **DEMONSTRADO O PODER DEVER DOS AGENTES PÚBLICOS EM ANULAREM A DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL DA RECORRENTE NO LOTE N.º 01.**

Já quanto aos lotes 02, 03, 05 e 12, a ilegal desclassificação da Recorrente se deu pela seguinte justificativa:

“02/06/2021 14:42:59 - Pregoeiro: A empresa apresentou a CCT RJ000544/2020 vencida como base para análise de custo. Após diligência feita pela Assessoria de Contabilidade foi verificado a existência da CCT RJ000713/2021 em vigência.”

Como se vê, a decisão da Autoridade Julgadora para desclassificar a Recorrente dos mencionados lotes se deu por entender que a proposta se baseou em Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) vencida, entretanto, tal decisão não se atentou para aspectos relevantes, inclusive, não se atentou para a legislação trabalhista, devendo por isso ser reformada.

Inicialmente, deve-se recordar que a data de abertura e de realização do pregão em tela foi o dia 26/03/2021, ou seja, as propostas apresentadas devem ser analisadas à luz das normas e convenções vigentes naquele momento.

Nesse sentido, a proposta apresentada por essa Recorrente se baseou na CCT pertinente e vigente perante terceiros até aquele que momento, qual seja, a Convenção Coletiva firmada entre o SINDICATO DAS EMP ASSEIO E CONS EST DO RIO DE JANEIR e o SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, tendo como número e data de registro no Ministério do Trabalho/Secretaria do Trabalho, respectivamente, RJ000544/2020 e a data de 28/04/2020.

Todavia, a Administração considerou que a CCT que deveria ser utilizada é aquela firmada entre esses mesmos sindicatos e referente ao período de

2021/2022, tendo como número de registro no Ministério do Trabalho/Secretária do Trabalho o RJ000713/2021. Porém, a data de registro de tal CCT se deu apenas em 30/03/2021, isto é, após a data de abertura do certame em tela.

Sabe-se que a validade de uma CCT entre as partes acordantes se dá com a assinatura e a fixação da vigência entre elas, sendo que nesse caso o registro no órgão competente seria um aspecto meramente formal. Todavia, a vigência de tal CCT perante terceiros se dá, justamente, com o registro e a devida publicidade destas convenções através do registro no órgão competente.

Tal entendimento pode ser extraído parágrafo 1º do art. 614 do CLT, que assim dispõe:

“Art. 614 - Os Sindicatos convenientes ou as empresas acordantes promoverão, conjunta ou separadamente, dentro de 8 (oito) dias da assinatura da Convenção ou Acôrdio, o depósito de uma via do mesmo, para fins de registro e arquivo, no Departamento Nacional do Trabalho, em se tratando de instrumento de caráter nacional ou interestadual, ou nos órgãos regionais do Ministério do Trabalho e Previdência Social, nos demais casos.

(Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

§ 1º As Convenções e os Acôrdos entrarão em vigor 3 (três) dias após a data da entrega dos mesmos no órgão referido neste artigo.

Dessa forma, considerando que a CCT indicada pela Administração foi registrada apenas em 30/03/2021 e que a realização do pregão e apresentação das propostas se deu em 26/03/2021, **TORNA-SE CLARO QUE A CCT INDICADA PELA ADMINISTRAÇÃO AINDA NÃO ESTAVA EM VIGOR PERANTE TERCEIROS, MAS APENAS ENTRE AS PARTES ACORDANTES.**

Assim, a decisão que desclassificou a Recorrente dos lotes 02,03 e 05 deve ser reformada, dado que a proposta foi apresentada segundo a CCT vigente perante terceiros à época em que foi elaborada.

4. DOS PEDIDOS

Pelo exposto, requer-se o recebimento do presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** e seu regular processamento, para que no mérito, seja-lhe dado **INTEGRAL PROVIMENTO**, com a consequente modificação da decisão proferida, **CLASSIFICANDO** a empresa Recorrente - **ESPECIALY TERCEIRIZAÇÃO EIRELI**, nos lotes 01, 02, 03, 05 e 12 tendo em vista que a decisão da Autoridade julgadora foi nula no lote 01, e, ilegal nos lotes 02, 03, 05 e 12, por ter se baseado em Convenção Coletiva de Trabalho ainda não vigente perante terceiros no momento da apresentação das propostas, bem como que o Pregão Eletrônico Nº 003/2021 em tela, nos mencionados lotes, seja retomado e proceda às próximas fases.

Nestes termos,
P.E. Deferimento.

São Paulo, 06 de julho de 2021.


ESPECIALY TERCEIRIZAÇÃO EIRELI

Bianca Rodrigues
RG: 53.654.513-3
CPF: 512.180.568-35
Especialy Terceirização Eireli

20.522.050/0001-46

ESPECIALY TERCEIRIZAÇÃO - EIRELI

Rua Flamengo, 38
Chacara California - CEP: 03404-140
São Paulo - SP

Rua Flamengo, 38 - Chácara Califórnia -
São Paulo - SP - CEP 03404-140
Telefone/Fax: (11) 2091-6101

JUCESP PROTOCOLO
2.015.003/20-4

6ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DE

ESPECIALY TERCEIRIZAÇÃO - EIRELI.

CNPJ/MF nº 20.522.050/0001-46

NIRE nº 35.602.109.301

Pelo presente instrumento particular de 6ª alteração do contrato social da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada **ESPECIALY TERCEIRIZAÇÃO EIRELI**, com sede e foro na Rua Flamengo, nº 38, Chácara Califórnia, São Paulo/SP, CEP: 03404-140, com contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o **NIRE nº 35.602.109.301**, em sessão de 16 de novembro de 2017, 1ª alteração nº 314.208/18-5 em sessão de 03 de Julho de 2018, 2ª alteração nº 353.836/18-7 em sessão de 09 de agosto 2018, 3ª alteração nº 144.112/19-0 em sessão de 11/03/2019, 4ª alteração nº 588.331/19.3 em sessão de 26 de novembro de 2019, e a 5ª e última alteração nº 683.442/19-3 em sessão de 27 de dezembro de 2019, inscrita no **CNPJ 20.522.050/0001-46**, o titular abaixo qualificado:

ROBERTO MORATO JUNIOR, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 22/11/1979, portador da cédula de identidade RG nº 26.180.600-2 SSP /SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 212.841.388-52, residente e domiciliado na Rua Flamengo, nº 38, Chácara Califórnia, São Paulo/SP, CEP nº 03404-140, titular empresa qualificada no parágrafo precedente, resolve na melhor forma de direito **ALTERAR** e **CONSOLIDAR** o Contrato Social de Empresa Empresária Limitada, deliberando pelas cláusulas subseqüentes:

- I. O titular delibera pela constituição de nova filial, **Unidade BRASÍLIA**, a qual funcionará no endereço: CENTRAL QD 1 LT 1/12 SL 603, Taguatinga, Brasília/DF, CEP: 72010-010, com capital social destacado de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e terá por objeto social o mesmo do estabelecimento matriz.
- II. Como resultado das deliberações precedentes, o titular delibera pela consolidação e ratificação do contrato social da Empresa, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DE

ESPECIALY TERCEIRIZAÇÃO - EIRELI.

CNPJ/MF nº 20.522.050/0001-46

NIRE nº 35.602.109.301

I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO:



A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada girará sob a denominação social de **ESPECIALY TERCEIRIZAÇÃO - EIRELI**.

A empresa tem sua sede social na Rua Flamengo, nº 38, Chácara Califórnia, São Paulo/SP, CEP: 03404-140, e as filiais descritas nos parágrafos subsequentes, podendo a qualquer tempo, a critério de seu titular, abrir ou fechar filiais ou outras dependências em qualquer parte do território nacional, atribuindo-lhes capital autônomo, conforme Legislação vigente à época.

Filiais:

Unidade RIO DE JANEIRO - na Praça Vereador José Barreto, nº 4, sala 14, Parque Xerém, Duque de Caxias/RJ, CEP 25245-350, com capital social destacado de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), NIRE nº 33.999.298.779 e inscrição CNPJ nº 20 522 050/0003-08.

Unidade ITAQUAQUECETUBA - na Rua Primeiro de Maio, nº 500, Bairro Estação, Itaquaquetuba/SP, CEP: 08571-050, com capital social destacado de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), NIRE nº 35.905.772.902 e inscrição CNPJ nº 20 522 050/0004-99.

Unidade RIBERÃO PRETO - na Rodovia Geovana Aparecida Deliberto, S/N, KM 02, Jardim Itau, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14034-000, com capital social destacado de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), NIRE nº 35.905.957.431 e inscrição CNPJ nº 20.522.050/0005-70.

Unidade BRÁSILIA - na CENTRAL QD 1 LT 1/12 SL 603, Taguatinga, Brasília/DF, CEP: 70710500, com capital social destacado de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

A empresa iniciou suas atividades em 16 de novembro de 2017 e vigorará por prazo indeterminado.

II – DO OBJETO E DO CAPITAL SOCIAL

A empresa tem por objeto social:

Objeto da Unidade Matriz, São Paulo e da Filial Unidade Distrito Federal:

- Consultoria de informática, consultoria em hardware e software, recuperação de panes informáticas, processamentos e atividades de bancos de dados e distribuição on-line de conteúdo eletrônico, desenvolvimento, edição e instalação de software prontos para uso ou sob encomenda, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet e



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 81052701215368478338-2
Data: 27/01/2021 11:16:10
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALC48333-UP2Q;



CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB



prestação de serviço na área de informática.

- Assessoria, planejamento e consultoria técnica administrativa na área de recursos humanos.
- Serviços de copa e cozinha em escolas, indústrias, hospitais, repartições públicas e comercio. limpeza, asseio e conservação de imóveis comuns, públicos e hospitalares, inclusive vias públicas, parques e jardins.
- Varrição, coleta, remoção, tratamento, reciclagem, incineração e beneficiamento do lixo domiciliar, industrial e hospitalar.
- Dedetização, desinfecção, desratização, ignifugação, tratamento de piscinas, manutenção e limpeza de reservatórios e caixa d'agua.
- Paisagismo, jardinagem, poda de grama em de prédios residenciais, prédios públicos e semipúblicos como escolas, hospitais, igrejas, parques municipais, cemitérios, áreas verdes, prédios industriais e comerciais.
- Fornecimento de mão-de-obra não inclusa na lei 6.019/74, qualificada para serviços de mensageiros, carregador, empacotador, repositor, montador, auxiliares de serviços gerais, ajudantes, controladores de acesso porteiros, atendentes, auxiliar administrativo/escritório, auxiliar de departamento pessoal, auxiliar de monitoramento, auxiliar de manutenção, copeira, demonstradora, fiscal de loja, fiscal de piso, fiscal de caixa, recepcionista, monitor aquático, operador de varredeira motorizada, técnico em desentupimento, auxiliar em desentupimento, zeladores, jardineiro, auxiliar de jardinagem, operador de roçadeira, operador de moto serra, capinador de córregos, ajudante de jardinagem, ascensoristas, recepcionistas, telefonistas, escrivães, digitadores, manobristas, motoristas, operadores de maquinas, copeiros, garçons, agentes de saúde, enfermeiros, pedreiros, eletricitas, pintores, marceneiros, serviços de bombeiro civil, cuidadores de crianças e idosos com ou sem limitações e deficiências de quaisquer espécie e outros.
- Administração de frotas de veículos, inclusive com fornecimento de combustível, lubrificante, manutenção preventiva e corretiva, mão de obra e equipamentos.
- Locação de veículos leves, semi-leves e pesados com ou sem motorista.
- Atividades relacionadas a gestão e operação de estacionamento de veículos e praças de pedágio.
- Locação de carretas, caminhões, pás carregadeira, empilhadeiras, guindastes, máquinas e afins, com ou sem motorista.
- Transporte rodoviário de carga, municipal, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto produtos perigosos e mudanças e transporte escolar. transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional.
- Exploração do ramo de restaurante comercial, lanchonete e loja de conveniência e similares em estabelecimento de terceiros, vias públicas e em locais de grande circulação de pessoas como aeroportos, metro e estações rodoviária, ferrovia e portuária.
- Atendimentos e preparo de alimentos para animais silvestres, prestação de serviço de preservação e recuperação do meio ambiente.
- Serviços contínuos de manipulação de alimentos, preparo de refeições e distribuição em escolas, indústrias, hospitais, repartições públicas e comercio, com ou sem fornecimento de materiais, equipamentos e insumos de alimentos e serviços correlatos.



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 81052701215368478338-3
Data: 27/01/2021 11:16:10
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALC48334-4B6A;



CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB



- Construção e reparo de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação, corte e religação de ramais de água e esgoto, substituição de hidrômetros, medição de consumo e emissão de contas de água e eletricidade por meio manual ou dispositivo eletrônico. instalação e manutenção elétrica, instalações hidráulicas e de sanitárias, outras atividades profissionais, científicas e técnicas prédios públicos, particulares, industriais, hospitais e em domicílios.
- Serviços de sepultamentos, exumações, permutas, renumerações, limpezas diversas e demais atividades correlatas, com fornecimento de materiais e equipamentos necessários, montagem de carneiros pré-moldados, com abertura, nivelamento e compactação de valas e serviços correlatos, em cemitérios públicos e particulares.
- Gerenciamento da elaboração de projetos de engenharia, elaboração do projeto executivo, gerenciamento, supervisão e fiscalização de obras.
- Serviços de engenharia em geral.
- Construção, incorporação, reformas ou demolições de edificações comuns, públicas, hospitalares ou industriais.
- Obras de terraplanagem, fundações, pavimentação de estradas e vias urbanas, obras de arte.
- Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias.

Objeto da Filial Unidade Rio de Janeiro

- Serviços combinados de escritórios e apoio administrativo.
- Serviços de transportes de passageiros locação de automóveis com motorista

Objeto da Filial Unidade Itaquaquecetuba

- Exploração do ramo de restaurante comercial lanchonete e loja de conveniência e similares em estabelecimento de terceiros, vias públicas e em locais de grande circulação de pessoas como aeroportos metro e estações rodoviárias, ferrovias e portuária.
- Serviços contínuos de manipulação de alimentos preparo de refeições e distribuição em escolas indústrias hospitais repartições públicas em geral e comércio com ou sem fornecimento de materiais equipamentos e insumos de alimentos e serviços correlatos não especificados anteriormente.

Objeto da Filial Unidade Ribeirão Preto

- Serviços contínuos de manipulação de alimentos preparo de refeições e distribuição em escolas indústrias hospitais repartições públicas em geral e comércio com ou sem fornecimento de materiais equipamentos e insumos de alimentos e serviços correlatos não especificados anteriormente.

III – DO CAPITAL SOCIAL:

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por MARCELO TIMOTEO DE OLIVEIRA, em quarta-feira, 27 de janeiro de 2021 11:38:41 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelaionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/81052701215368478338>



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 81052701215368478338-4
Data: 27/01/2021 11:16:10
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALC48335-QX3R;



Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB



O capital da empresa é de R\$ 8.520.000,00 (Oito milhões quinhentos e vinte mil reais), dividido em 8.520.000 (Oito milhões quinhentos e vinte mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, capital este totalmente subscrito e integralizado pelo titular: **ROBERTO MORATO JUNIOR**, qualificado no preâmbulo, em moeda corrente do país.

Parágrafo primeiro: As quotas do capital desta empresa e seus respectivos frutos, ficam gravadas com cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade, incomunicabilidade, e intransferibilidade, sob qualquer forma ou condição, não podendo ser utilizadas pelos sócios para garantir obrigação destes perante terceiros, sendo vedada a penhora das cotas desta empresa (cláusula de impenhorabilidade de cotas) para a garantia de obrigações particulares dos sócios, até porquê nenhum estranho será recebido neste ambiente social sem a concordância de todos os sócios. Esta vedação impede, inclusive, a inclusão de sócios pela arrematação das cotas em hasta pública, pela adjudicação judicial ou por decorrência de execuções ou qualquer processo judicial contra sócios ou a própria empresa.

Parágrafo segundo: De acordo com o Art. 1.052 da Lei nº 10.406/02, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

IV – DA ADMINISTRAÇÃO

A administração e a representação da empresa, ativa e passivamente judicial ou extrajudicialmente, será exercida pelo titular: **ROBERTO MORATO JUNIOR**, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 22/11/1979, portador da cédula de identidade RG nº 26.180.600-2 SSP /SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 212.841.388-52, residente e domiciliado na Rua Flamengo, nº 38, Chácara Califórnia, São Paulo/SP, CEP nº 03404-140.

Parágrafo primeiro: O nome da empresa, só poderá ser usado em negócios e assuntos relacionados com seus objetos sociais, sendo vedado o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais, seja em favor dos quotistas ou de terceiros, tais como: fianças, avais, endossos e aceites de favor, os quais, se praticados, serão totalmente nulos em relação à empresa, cabendo ao sócio infringente o ônus e a responsabilidade pelo ato praticado.

Parágrafo segundo: O titular poderá nomear procuradores para a empresa, através de instrumento de procuratório contendo expressamente os poderes a serem outorgados e fixação de prazo, dentro do qual os poderes serão exercidos, salvo quando a procuração for para fins de representação em juízo, hipótese em que as procurações serão outorgadas por tempo indeterminado.

Parágrafo terceiro: O titular administrará a empresa, competindo-lhe sem prejuízo de outras funções legais os seguintes: (a) representar a empresa em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, judicial e

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por MARCELO TIMOTEO DE OLIVEIRA, em quarta-feira, 27 de janeiro de 2021 11:38:41 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



extrajudicialmente; (b) administrar e gerir os negócios sociais com amplos, gerais e ilimitados poderes, representando a empresa junto aos órgãos governamentais, repartições públicas, autarquias empresas públicas privadas ou de economia mista, nas esferas: federal, estadual ou municipal, ou junto aos cartórios de protestos em todas as suas secções; (c) abrir, movimentar e encerrar quaisquer contas bancárias, depositar e retirar dinheiro, títulos e valores, assinar cheques, ordens de pagamento, requisições de cheques, saques, duplicatas, triplicatas, letras de câmbio, bem como quaisquer documentos atinentes às atividades regulares da empresa; (d) adquirir e alienar em nome da empresa bens móveis e imóveis (e) receber e dar quitação de quantias ou valores; (f) representar a empresa perante quaisquer instituições financeiras e estabelecimentos bancários e toda a sua carteira, bem como ao Banco do Brasil, bolsa de valores, e todos os deveres e poderes necessários à consecução do objeto social.

V - DO EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando então o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, sem prejuízo, entretanto, da apuração mensal dos resultados e, se for o caso, da distribuição dos lucros apurados mensalmente.

Parágrafo primeiro: A Diretoria poderá determinar o levantamento de balanço semestral ou em períodos menores e os sócios que representem a maioria do capital social, deliberarão sobre a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados nesses balanços, respeitados os requisitos legais.

VI - DA LIQUIDAÇÃO DA EMPRESA:

Em caso de liquidação da empresa, será designado um liquidante, que procederá a todos os atos da liquidação, realizando o ativo e o passivo social, bem como ficará incumbido de liquidar todas as obrigações comerciais, trabalhistas, previdenciárias e fiscais. O rateio do saldo credor apurado será dividido entre os sócios, na proporção de suas participações societárias.

VII – DOS IMPEDIMENTOS

Declara o titular da EIRELI para os devidos fins e efeitos de direito que não participa de nenhuma outra pessoa jurídica dessa modalidade e, sob as penas da Lei, o titular e administrador declara também não estar impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º do Código Civil.



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 81052701215368478338-6
Data: 27/01/2021 11:16:10
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALC48337-ALA0;



CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB



VIII - DO FORO

O Foro central da comarca da Capital do Estado de São Paulo será o competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

IX - CASOS OMISSOS

Os casos omissos no presente instrumento e não previstos nos artigos 1.052 a 1.087 da Lei 10.406/02 serão regulados, supletivamente, pela Lei 6.404/76.

Para que se produzam todos os efeitos legais o titular assina o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma juntamente com duas testemunhas.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2020.

TITULAR:


ROBERTO MORATO JUNIOR

CPF/MF nº 212.841.388-52

Testemunhas:


Nome: Bianca Rufalva

CPF/MF nº: 582.180.368-35


Nome:

CPF/MF nº:

Alan Azevedo Reis
RG: 42.048.611-2
CPF: 366.901.878-61
Especialty Terceirização Etreli



JUCESP



Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/81052701215368478338>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 81052701215368478338-7
Data: 27/01/2021 11:16:11
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALC48338-5HDN;



CNJ: 06.870-0

Cartório Azevedo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>


Valber Azevedo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por MARCELO TIMOTEO DE OLIVEIRA, em quarta-feira, 27 de janeiro de 2021 11:38:41 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelaionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

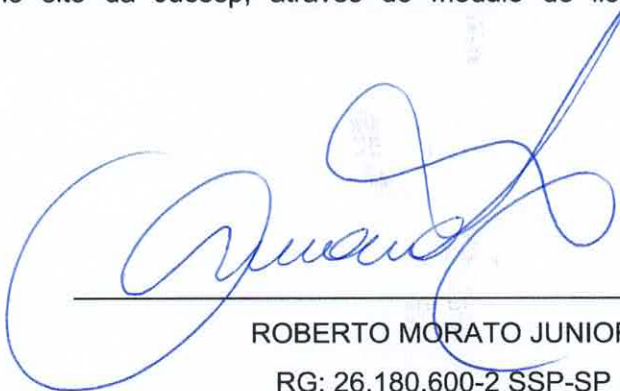


Declaração

Eu, ROBERTO MORATO JUNIOR, portador da Cédula de Identidade nº 26.180.600-2 SSP-SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob nº 212.841.388-52, na qualidade de titular, sócio ou responsável legal da empresa ESPECIALY TERCEIRIZACAO - EIRELI, **DECLARO** estar ciente que o **ESTABELECIMENTO** situado no(a) Quadra C 1, 603, LT 1/12 SL, Taguatinga Centro (Taguatinga), DF, Brasília, CEP 72010-010, para exercer suas atividades regularmente, **DEVERÁ OBTER** parecer municipal sobre a viabilidade de instalação e funcionamento no local indicado, conforme diretrizes estabelecidas na legislação de uso e ocupação do solo, posturas municipais e restrições das áreas de proteção ambiental, nos termos do art. 24, §2º, do Decreto Estadual nº 56.660/2010, bem como **CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO INTEGRADO VÁLIDO**, obtido pelo sistema Via Rápida Empresa – Módulo de Licenciamento Estadual.

Declaro ainda estar ciente que qualquer alteração no endereço do estabelecimento, em sua atividade ou grupo de atividades, ou qualquer outra das condições determinantes à expedição do Certificado de Licenciamento Integrado implica na perda de sua validade, assumindo, desde o momento da alteração, a obrigação de renová-lo.

Por fim, declaro estar ciente que a emissão do Certificado de Licenciamento Integrado poderá ser solicitada pelo representante legal devidamente habilitado, presencialmente e no ato da retirada das certidões relativas ao registro empresarial na Prefeitura, ou pelo titular, sócio, ou contabilista vinculado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) diretamente no site da Jucesp, através do módulo de licenciamento, mediante uso da respectiva certificação digital.


ROBERTO MORATO JUNIOR
RG: 26.180.600-2 SSP-SP

ESPECIALY TERCEIRIZACAO - EIRELI

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por MARCELO TIMOTEO DE OLIVEIRA, em quarta-feira, 27 de janeiro de 2021, às 13:41 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - nº OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelaionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa ESPECIALY TERCEIRIZACAO EIRELI tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa ESPECIALY TERCEIRIZACAO EIRELI a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a ESPECIALY TERCEIRIZACAO EIRELI assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **20/02/2021 12:41:32 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa ESPECIALY TERCEIRIZACAO EIRELI ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 81052701215368478338-1 a 81052701215368478338-8

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05ba19c0a49add9b7c7c1de8b68a4d21fcef1b9138cc2568bcd07d6d3e3c498747f862b7fd9f992761ee4dfe9abc805b60247d87b085efdb305fa6583ccf1a9f54



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



ESPECIALY

TERCEIRIZAÇÃO

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular, a empresa **ESPECIALY TERCEIRIZAÇÃO - EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 20.522.050/0001-46, com sede na Rua Flamengo nº 38, Chácara Califórnia, São Paulo/SP, neste ato representada pelo Sr. **ROBERTO MORATO JUNIOR**, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG nº 26.180.600-2 SSP/SP e CPF nº 212.841.388-52, nomeia e constitui seu procurador, por tempo determinado até 31 de dezembro de 2021, os Srs. **FABIANA REGINA DE CARVALHO SOUZA**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/SP nº 415.816, portadora do CPF nº 031.998.016-25, **ALAN AZEVEDO REIS**, brasileiro, solteiro, analista de licitação, portador do RG nº 42.048.611-2 e CPF nº 366.901.878-61 e **BIANCA RODRIGUES MATHEUS**, brasileira, solteira, assistente jurídica, portadora do RG nº 53.654.513-3 e CPF nº 512.180.568-35 e **INGRID MEDEIROS PAULINO**, brasileira, solteira, analista de contratos, portadora do RG nº 44.171.230-7 e CPF nº 395.341.238-89, com fim específico de representar a outorgante em repartições públicas Federais, Estaduais, Municipais e Autarquias, concedendo plenos poderes para representá-la em **SESSÕES PÚBLICAS DE LICITAÇÕES, PROCESSOS LICITATÓRIOS EM GERAL E CONTRATOS PRIVADOS**, em especial par assinar propostas comerciais, contratos de prestação de serviços, credenciar representantes para vistoria técnicas, bem como realizá-las, credenciar representantes para participação em licitações públicas, solicitar certidões em órgãos públicos e conselhos regionais, formular lances, interpor recursos ou deles desistir, solicitar vistas aos processos de licitação, bem como extração de cópias, assinar todos e quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

São Paulo, 11 de dezembro de 2020.

ROBERTO MORATO JUNIOR

DIRETOR

RG Nº 26.180.600-2

CPF nº 212.841.388-52



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 81050701219578563790-1
Data: 07/01/2021 16:29:14
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKY91803-PPNE;



CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa, PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Bel Valder Azevêdo Miranda Cavalcanti
Titular

TJPB



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa ESPECIALY TERCEIRIZACAO EIRELI tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa ESPECIALY TERCEIRIZACAO EIRELI a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a ESPECIALY TERCEIRIZACAO EIRELI assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **21/01/2021 08:49:18 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa ESPECIALY TERCEIRIZACAO EIRELI ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 81050701219578563790-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05bda1c8072f0be8ef2c6f62dc4d90db5503799f247bbe920e16107fdb0cad34376734ace26c6178f34e74412b67ca65eb247d87b085efdb305fa6583ccf1a9f54



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

8600-9

POLEGAR DIREITO

674E675A

Bianca R. Matheus

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

NÃO PLASTIFICAR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL **53.654.513-3** 2 via DATA DE EXPEDIÇÃO 26/07/2019

NOME
BIANCA RODRIGUES MATHEUS

FILIAÇÃO
RICARDO LUIZ MATHEUS
ANGELICA LUCIA RODRIGUES MATHEUS

NATURALIDADE
S.PAULO - SP

DATA DE NASCIMENTO
18/11/2000

DOC ORIGEM
SÃO PAULO-SP VILA MATILDE CN:LV:A070/FLS.228 /Nº69427

CPF
512180568/35

Mitaki Yamamoto
Delegado de Polícia Divisionário INRGD.SSP.SP

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1145 - Bairro Dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 58030-000 - www.azevedobastos.net.br - Tel.: (83) 3344-5454 - Fax: (83) 3344-5454

Autenticação Digital

De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé

Cód. Autenticação: 81052609191116060145-1; Data: 26/09/2019 11:20:29

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AJD59863-J1AO;
Valor Total do Ato: R\$ 4,42

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Válber Azevedo de Miranda Cavalcanti
Titular

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa ESPECIALY TERCEIRIZACAO EIRELI tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa ESPECIALY TERCEIRIZACAO EIRELI a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **22/09/2020 13:32:07 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **ESPECIALY TERCEIRIZACAO EIRELI** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Autenticação Digital*.

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 81052609191116060145-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05bf63199e4a570c279790244714da5b17272ac5a535eb37676d1962c31e53d5c65a8e75ab4b4938f62bba905ebe8444f7e247d87b085efdb305fa6583ccf1a9f54



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

8600-9

49344ESA

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 26.180.600-2 2 via DATA DE EXPEDIÇÃO 13/10/2016

NOME ROBERTO MORATO JUNIOR

FILIAÇÃO ROBERTO MORATO NEUZA SANCHES MORATO

NATURALIDADE S.PAULO - SP DATA DE NASCIMENTO 22/11/1979

DOC ORIGEM SÃO PAULO - SP TATUAPE CN:LV.A19 /FLS.193V/Nº22971

CPF 212841388/52

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

NÃO PLASTIFICAR



Foto (online)

Serie: B-860
070.045-9



Dados

Serie: B-860
070.045-9



CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0

Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1145 - Bairro Dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 58030-000 - www.azevedobastos.net.br - Tel.: (33) 3244-5404 - Fax: (33) 3244-5404

Autenticação Digital

De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º Inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé

Cód. Autenticação: 81050611170848300945-1; Data: 06/11/2017 08:55:36

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AFZ50812-S29E; Valor Total do Ato: R\$ 4,12

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Bel. Valber de Miranda Cavalcanti Titular

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa ESPECIALY TERCEIRIZACAO EIRELI tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa ESPECIALY TERCEIRIZACAO EIRELI a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **30/09/2020 08:53:37 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **ESPECIALY TERCEIRIZACAO EIRELI** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Autenticação Digital*.

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 81050611170848300945-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b710d0d47d336aeb22e35a2a67e00901f7fc76b0ccb1d51299d234ee297156a8c1bdf2d7167915bd3c07d689ad3fd4eb247d87b085efdb305fa6583ccf1a9f54



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

